

Atuação da Loja Maçônica Acácia da Amazônia N° 7 na educação em Colinas do Tocantins

Acácia da Amazônia No. 7's Masonic Lodge role in Education in Colinas do Tocantins

Emmanuel Ramalho

Instituto Federal do Tocantins – IFTO, Palmas, Brasil

ORCID: 0000-0002-7916-6163

emmanuel.rsr@gmail.com

Recepción: 08 de septiembre de 2024/Aceptación: 27 de febrero de 2025

doi: <https://doi.org/10.15517/rehmlac.v17i2.61824>

Resumo

Esta pesquisa objetiva investigar a história da atuação de uma Loja maçônica, a Acácia da Amazônia n° 7, sobre a educação de Colinas do Tocantins. A pesquisa constitui-se de metodologia bibliográfica, documental e de entrevista semiestruturada. A pesquisa identificou que a Loja criou e manteve uma fundação educacional de ensino técnico para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que sua atuação filantrópica na educação do município cessou quando o acesso à educação pública passou a ser ofertada pelo poder público à toda população local.

Palavras-chaves

Educação; maçonaria; filantropia; esoterismo; filosofia.

Abstract

This paper aims to investigate the history of the work of a Masonic lodge, Acácia da Amazônia No. 7, in education in Colinas do Tocantins. The research is based on bibliographical and documentary methodology and semi-structured interview. The research identified that the lodge created and maintained a technical education foundation for vulnerable children and adolescents and that its philanthropic work in the municipality's education ceased when access to public education became sufficient for the population.

Keywords

Education; Freemasonry; philanthropy; esotericism; philosophy.

Introdução

A maçonaria ou franco-maçonaria¹ constitui-se como uma organização fraterna e discreta de caráter filosófico, esotérico e filantrópico, intrinsecamente relacionada ao tema da educação, dado que sua origem remete à maçonaria operativa, às guildas de construtores, de pedreiros livres que assumiam um papel educativo de transmitir os conhecimentos do ofício e de aspectos filosóficos e teológicos envolvidos.

A atuação da(s) Maçonaria(s)² na educação brasileira se dá desde o século XIX³, tendo ocorrido, por exemplo, ao ceder espaços físicos para aulas e cursos; ao financiar projetos e práticas educativas; ao ter seus próprios membros atuando como instrutores dessas práticas e mesmo ministrando aulas; ou atuando como mantenedoras de instituições educacionais. De tal modo que, na história da relação da maçonaria brasileira com a educação, esta atuação poderia servir a diferentes propósitos, seja assistencialista, particularmente aos filhos de seus membros, seja de formadora intelectual com caráter mais universal, buscando proporcionar instrução à população carente, à juventude a fim de prepará-los para o exercício da cidadania, para promover o bem social⁴.

Quanto à atuação da Maçonaria em Colinas do Tocantins, no município há duas Lojas maçônicas, a Acácia da Amazônia nº 7 e a Loja Gonçalves Ledo⁵. A Acácia, objeto de estudo desta pesquisa, foi fundada em 30 de junho de 1973 e hoje possui 25 membros ativos. A participação da Loja Acácia da Amazônia nº 7 na educação colinense nos últimos 50 anos ocorreu por meio da cessão de espaço para cursos rápidos e, principalmente, por meio da criação, em parceria com a outra Loja maçônica da cidade, a Gonçalves Ledo, de uma instituição educacional e de assistência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a FUNDAMAM – Fundação Maçônica de Assistência ao Menor, na década de 1980. As Lojas administravam e davam apoio financeiro à instituição e contavam com o apoio dos poderes públicos municipal e estadual para o trabalho pedagógico e para aportes financeiros. Desta forma, esta pesquisa se propõe a investigar a história da atuação da Loja maçônica Acácia da Amazônia nº 7 na educação de Colinas do Tocantins. Busca-se entender, por exemplo, as razões para atuar em filantropias direcionadas à educação e como se deu o processo de criação e manutenção da FUNDAMAM⁶.

Apesar da influência social, cultural e política da maçonaria no Brasil desde o período colonial, há um tabu e uma consequente escassez de pesquisas acadêmicas acerca desta instituição no

1 O termo *franco-maçom* tem sua raiz etimológica na palavra francesa *francs-mestier* ou ainda *ffremason*, *masonfree* ou *ffremaceoin* que significa *pedreiro livre* em referência ao caráter de liberdade de tutela e movimentação que esta confraria de artesãos tinha em relação a outras associações de ofício medievais costumeiramente sob a jurisdição de uma cidade ou feudo. Ver Célia Maria Marinho Azevedo, “Maçonaria: história e historiografia”, *Revista USP*, no. 32 (1997): 178-189.

2 Compreende-se que nunca houve unidade na Maçonaria, portanto, é mais coerente falar em Maçonaria no plural.

3 Nota-se, nesta época, o olhar recorrente da maçonaria brasileira sobre a educação como o pão do espírito ou da alma, uma conotação que sacralizava a educação. Mais do que formadora para a realidade profana, ela seria o alimento do espírito. É recorrente também o uso do conceito de *progresso* ao se referir à educação e suas consequências, palavra intrinsecamente relacionada ao positivismo e ao ideário político republicano da época. Ver Philippe Henrique Teixeira do Egito, “Olhares da Maçonaria sobre a educação no Brasil”. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2011), 1-89.

4 Egito, “Olhares da Maçonaria sobre a educação no Brasil”, 1-89.

5 A Gonçalves Ledo surgiu de uma cisma com a Acácia. Ver Bernardino Cosobek Da Costa, *Aforismas e Fundação da Loja Acácia da Amazônia nº 07* (Colinas do Tocantins, 2023), 1-44.

6 Costa, *Aforismas*, 1-44; FUNDAMAM. Colinas do Tocantins (TO). Cartório de 2º Ofício (Estatuto da FUNDAMAM – Fundação de Assistência ao Menor. Registro em: 29 de janeiro de 1993).

país. Para Celia Marinho de Azevedo, “[...] a história da maçonaria é ainda pouco conhecida no nosso presente, não tendo chegado a se constituir em tema corrente de pesquisas acadêmicas”⁷. Seguindo esta tendência, não há qualquer pesquisa científica sobre a maçonaria no estado do Tocantins e, conseqüentemente, não há fontes acadêmicas sobre as Lojas maçônicas de Colinas do Tocantins, o que atesta a originalidade desta pesquisa e a necessidade de realizar-se investigações que compreendam este grupo e sua participação sociocultural no estado e no município.

A pesquisa constitui-se de metodologia bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada compreendida a partir da história oral. Por questões metodológicas, preferiu-se limitar a pesquisa apenas à Loja Acácia da Amazônia nº 7 por haver um facilitador nesta e não na outra, isto é, uma pessoa conhecida e acessível de dentro da Loja que facilitaria a pesquisa, tornando os materiais e indivíduos mais acessíveis.

A análise documental investigou o estatuto da FUNDAMAM e Diários Oficiais do Estado do Tocantins e do município de Colinas. Parte-se do entendimento de documento monumento de Le Goff em que o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder.”⁸ Dessa forma, os registros, escritos ou não, do passado refletem as relações de poder, valores, intenções da sociedade em que estes documentos foram produzidos e devem ser analisados de maneira crítica.

A análise documental complementa-se à entrevista semiestruturada com o atual Venerável Mestre da Loja, sendo compreendida a partir do olhar da história oral, a qual

[...] se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Os dados para o encadeamento são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem.⁹

Assim, essa metodologia permite captar os olhares, sentimentos, o aspecto vivo da história. Portanto, o que a análise documental mostrou foi melhor compreendido através da entrevista posterior com o membro da Loja, mas também foi possível ir além da análise fria dos registros e identificar elementos vivos apenas nos relatos dos indivíduos.

Maçonaria e educação

A origem da Maçonaria é assunto nebuloso. Envolve mitos e histórias difíceis de comprovar, contudo, o que se sabe na historiografia do tema é que a Maçonaria moderna, especulativa, simbólica advém da Maçonaria operativa, de ofício¹⁰ que surge ainda na Idade Média. Essa maçonaria operativa constituía-se de artesãos, pedreiros e construtores reunidos em guildas

7 Azevedo, “Maçonaria”, 179.

8 Jacques Le Goff, *História e Memória* (Campinas: Ed. Unicamp, 1996), 535.

9 Latif Antonia Cassab e Aloisio Ruscheinsky, “Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral”, *Biblos*, no. 16 (2004): 21.

10 Que também possuía elementos simbólicos, embora não predominantes.

com o papel educativo de transmitir os conhecimentos do ofício. Contudo, em determinado momento, a crescente entrada de membros alheios – embora próximos – à profissão, como alquimistas e filósofos hermetistas, levou a organização a um salto especulativo, transformando-a gradualmente na maçonaria moderna, de caráter mais simbólico, processo que parece ter se concretizado no século XVIII, na Grã-Bretanha¹¹.

No Brasil, ela está presente desde o final do século XVIII¹². Participou diretamente de movimentos sociopolíticos em todo o território, teve entre seus membros figuras importantes da história brasileira, como Dom Pedro I e inúmeros presidentes, porém, também enfrentou perseguições políticas e religiosas¹³. Contemporaneamente, no país, há inúmeras confederações ou potências¹⁴ que congregam diversas Lojas maçônicas, a exemplo da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – CMSB, da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB e do Grande Oriente do Brasil – GOB. Todas estas confederações e potências brasileiras, em seu papel filantrópico, têm atuado no campo educacional.

O processo educativo é inerente à maçonaria desde sua origem. Como mencionado, ela surge como uma organização para a transmissão formal dos conhecimentos de um ofício. Em sua fase especulativa, manteve-se o intuito de transmissão de saberes, contudo, de natureza filosófico-esotérica. Porém, a relação da maçonaria com a educação também tem ocorrido nos últimos séculos através da promoção da educação escolar ou universitária, embora com ênfase na instrução primária para aqueles que não são seus membros¹⁵, seja por meio de instituições próprias ou por meio de apoio financeiro ou logístico. Um dos exemplos mais antigos dessa atuação direta da maçonaria na educação é a *Royal Masonic School for Girls*, criada em 1788, na Inglaterra ainda em funcionamento. Inicialmente, seu público alvo eram filhas órfãs de maçons, contudo, hoje aceita um público diverso sem vínculos com a Ordem¹⁶.

No Brasil, desde o século XIX, a maçonaria tem também atuado no campo educacional. Esta atuação parece ter sido mais significativa até a primeira metade do século XX, quando ainda havia grande deficiência na educação pública brasileira e muitas crianças e adolescentes não eram propriamente atendidas pelo sistema educacional brasileiro. Em 1922, por exemplo, estima-se que havia 132 escolas mantidas pela maçonaria em 16 estados brasileiros¹⁷. No entanto, houve também, a partir do século XIX, um incentivo das ordens maçônicas no país para que seus membros criassem ou contribuíssem na fundação de estabelecimentos educacionais com um propósito de expansão civilizatória dentro das ideias e valores iluministas, como a promoção do saber científico, da fraternidade e do progresso. Contudo, apesar dessa suposta unidade ideológica, a execução do empreendimento educacional pelas Lojas assumia uma dupla face: de um lado, ofertavam escolas de melhor nível para atender aos filhos de seus adeptos; de outro

11 Este trajeto formativo para a Maçonaria é uma das abordagens historiográficas defendidas nas últimas décadas, mas não é a única. Existe, por exemplo, a visão que liga suas origens à Irlanda. Ver Azevedo, “Maçonaria”, 178-189.

12 Esta perspectiva foi endossada por Eliane Colussi na historiografia brasileira, por exemplo. No entanto, outros historiadores tendem a situar esse marco inicial no início do século XIX, quando a formação das Lojas se torna mais evidente.

13 Azevedo, “Maçonaria”, 178-189.

14 Potências ou obediências são a reunião de um grupo de Lojas formando uma administração superior.

15 No vocabulário maçom para tais sujeitos, os profanos.

16 Teixeira do Egito, “Olhares da Maçonaria sobre a educação no Brasil”, 1-89.

17 Mansur Alexandre Barata, *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)* (Campinas: Ed. da Unicamp, 1999).

lado, ofereciam um ensino popular, geralmente em conjunto com os poderes públicos, para os filhos das classes de menor renda¹⁸.

Neste ínterim, um aspecto comumente ressaltado na literatura acadêmica sobre os empreendimentos educativos da maçonaria no país é, justamente, a natureza elitista¹⁹, particularmente intelectual e econômica, da ordem em seu olhar para a educação. Ivanilson da Silva e Bruno Bomtempi Júnior²⁰, por exemplo, investigaram escolas mantidas pela Loja maçônica Sete de Setembro, no estado de São Paulo, entre 1912 e 1932, que tinham como público-alvo filhos de operários e estrangeiros, além de crianças pobres. Utilizando-se de publicações maçônicas daquele período, os autores objetivaram não só compreender o desenvolvimento das escolas²¹, mas também como esses atos filantrópicos para educação das classes menos privilegiadas traziam prestígio aos membros envolvidos e à maçonaria, numa estratégia de distinção social e acumulação de capital cultural e simbólico, no sentido bourdieusiano. Trabalhando com o conceito de “elite” e identificando a maçonaria como um grupo inserido neste conceito pelas suas características sócio-históricas e porque este grupo assim se identifica, Silva e Júnior veem a necessidade das Lojas maçônicas em produzir signos distintivos em uma economia de trocas simbólicas, e as iniciativas filantrópicas cumprem bem esse papel particularmente na educação, pelo seu caráter de promoção do progresso e da iluminação.

Por sua vez, Eduardo Arriada e Elomar Tambara reiteram a natureza de elite da instituição ao longo do século XIX e início do XX, observando uma tendência a se evitar qualquer tentativa de massificação de seus quadros:

Podemos perceber com clareza um processo de inclusão bastante elitista na medida em que são aceitos somente pessoas do sexo masculino [...] que apresentem capacidade civil, boa moral, saibam ler e escrever, possuam renda para cumprir com as despesas impostas pela pertença a ordem²².

Nos projetos educacionais da ordem, os autores argumentam que, apesar de propagarem o ideal de eliminar as distinções sociais por meio da educação, isto é, de apresentar a escola como um meio de promoção de possibilidades iguais de ascensão social, os projetos educacionais da maçonaria no Brasil projetavam um sistema educacional dualizado: um modelo escolar para as elites, filhos dos dirigentes do Estado, oferecendo ensino secundário e de melhor qualidade; e outros para as massas, ofertando instrução popular e profissional.

Por seu turno, a partir da segunda metade do século XX, as intervenções maçônicas na educação se tornam menos frequentes²³ e, conseqüentemente, há uma maior escassez de material científico

18 Eduardo Arriada; Elomar Tambara, “Maçonaria e educação – Poucos mas bons”, *Cadernos de História da Educação* 17, no. 2 (2018): 439-459.

19 O entendimento do conceito de *elite* para esses autores parte de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca.

20 Ivanilson Bezerra da Silva e Bruno Bomtempi Júnior, “Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932)”, *Revista Brasileira de História da Educação*, no. 18 (2018): 1-30.

21 As escolas eram sustentadas financeiramente, em grande medida, pelo poder público. Importante notar que muitos dos adeptos da Loja Sete de Setembro eram políticos, o que facilitava essa relação público-privada. Chegou a possuir 100 escolas primárias e 8000 alunos, focando na alfabetização das crianças de classes baixas. Porém, também fundou escolas exclusivamente para filhos de maçons.

22 Arriada; Tambara, “Maçonaria e educação”, 447.

23 Talvez devido ao gradual desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e da maior democratização em seu acesso, o que pode ter reduzido a perspectiva de necessidade por parte da ordem em criar escolas ou outros projetos educacionais.

publicado sobre o tema. Ana Maria Ribeiro Jabur e Alessandra David da Costa²⁴, por exemplo, analisaram a Fundação Educacional de Ituverava, criada, sem fins lucrativos, em 1971 pela Loja maçônica União Ituverense no interior de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa breve, que não deixa claro quais fontes foram utilizadas para coletar os dados, além de não se aprofundar na história da instituição ou na percepção dos membros do papel da Fundação, a qual mantém uma escola de nível fundamental e médio e duas faculdades. Contudo, para as autoras, a razão de sua criação se estabeleceu no ideal de filantropia da maçonaria e nas aspirações da classe média de Ituverava à época da criação da Fundação, que buscava um ensino técnico e superior de maior qualidade aos jovens da região. Os primeiros anos da instituição teriam sido difíceis, financeiramente falando, mas doações privadas, subvenções da prefeitura, venda de terrenos e empréstimos possibilitaram sua sobrevivência e manutenção. Este tipo de relação público-privada também ocorreu na escola abordada a seguir.

Philippe Henrique Teixeira do Egito²⁵ discorre sobre uma instituição educacional, a Escola Padre Azevedo, mantida por uma Loja maçônica de mesmo nome na cidade de João Pessoa, Paraíba. Egito analisou as atas da Loja do ano de 1958, ano de criação da escola, até 1964. A Loja cedia o espaço para a escola e a financiava parcialmente por meio das mensalidades dos membros. Doações privadas e o financiamento público por meio do Departamento de Educação do Estado da Paraíba integravam o orçamento da escola, cedendo, ainda, alguns professores²⁶. O público-alvo eram crianças pobres de João Pessoa, chegando a ter 200 alunos. As atas evidenciam um grande interesse da Loja pelo funcionamento da escola nos anos iniciais, contudo, este interesse logo vai diminuindo, pouco aparecendo nas atas de reuniões. Além disso, eram quase sempre os mesmos maçons os que se encarregavam da manutenção e expansão da escola, atestando ser um projeto mais restrito ou do interesse de alguns membros do que do conjunto de adeptos da Loja.

A relação público-privada presente nesses dois casos e em muitos outros ao longo do século xx em diferentes estados brasileiros evidenciam outra característica dos projetos educacionais da ordem, a de haver certa dificuldade em mantê-los financeiramente, portanto, por vezes era necessário recorrer aos poderes públicos municipais ou estaduais para obter recursos materiais, humanos ou financeiros ou a própria instituição criada pela ordem era repassada para algum poder público²⁷.

Maçonaria em Colinas do Tocantins

No Tocantins, a história da maçonaria sofre da já mencionada escassez de pesquisas sobre o tema, portanto, não há material acadêmico sobre o desenvolvimento histórico da ordem no estado. Até mesmo informações vindas das próprias potências não são muito acessíveis. Sabe-se, contudo, que a história da maçonaria no Tocantins confunde-se com a criação do próprio estado, o que se reflete na criação, em 1989, por exemplo, da Grande Loja Maçônica do Estado do Tocantins – GLMET a partir do desmembramento de Lojas da Grande Loja Maçônica do Estado

24 Ana Maria Ribeiro Tanajura Jabur; Alessandra David Moreira da Costa, “Maçonaria e Educação: a experiência da Fundação Educacional de Ituverava – SP”, *Nucleus* 7, no. 1 (2010): 25-40.

25 Teixeira do Egito, “Olhares da Maçonaria sobre a educação no Brasil”, 1-89.

26 Essa parceria com a esfera pública muito se devia também à proximidade de alguns maçons com políticos locais.

27 Arriada; Tambara, “Maçonaria e educação”, 439-459.

de Goiás²⁸. Além da GLMET²⁹, que integra a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – CMSB, há no estado o Grande Oriente do Brasil – Tocantins.

Em Colinas do Tocantins, há duas Lojas maçônicas, a Acácia da Amazônia nº 7, jurisdicionada à GLMET, e a Loja Gonçalves Ledo, pertencente ao GOB-TO. Porém, antes de adentrar na história da Acácia da Amazônia, é necessário conhecer um pouco sobre a cidade em que ela está situada, Colinas do Tocantins, e sua história, o que ajudará a compreender o *ethos* no qual a Loja se estabeleceu.

Colinas do Tocantins surge a partir do desenvolvimento da BR-14, hoje a BR-153³⁰. Surge da iniciativa de homens da região que viram no local uma oportunidade de atrair inúmeros imigrantes que chegavam de várias partes do país à procura de terras baratas e emprego. José Cirilo de Araújo, considerado o fundador da cidade³¹, decidiu, junto de outras lideranças nesta empreitada, fundar Colinas de Goiás³², mais conhecida à época como Nova Colinas, em 21 de abril de 1960³³, mesmo dia da fundação de Brasília. Cresceu significativamente em seus primeiros anos, embora sem muita estrutura ou boas condições de vida aos seus habitantes. Ribeiro e Faria, através de relatos colhidos de mulheres que chegaram a Colinas na época de sua fundação, descrevem as dificuldades que seus moradores passavam:

[...] a iluminação era feita por meio de lamparina, a água era fornecida por meio de cisternas e para conseguir suprir suas necessidades básicas, como lavar roupas, as mulheres precisavam ir até ao córrego Sinhá. Também tinha o problema das doenças. Muitas pessoas morriam em decorrência de sarampo e outras doenças, uma vez que não tinha médicos, farmácias e nem laboratórios [...] não tinha escola para suprir a educação das crianças. As casas eram feitas de barro, as ruas eram de chão, transporte dentro da cidade era realizado a cavalos e fora da cidade era feito por caminhões.³⁴

Contudo, os relatos dessas mulheres também confirmam as ideias de crescimento e oportunidades associadas ao novo povoamento que atraíam pessoas a Colinas, muitos destes trabalhadores pobres de cidades e povoados vizinhos em busca de melhores condições de vida. Porém, Colinas de Goiás atraiu também muitos empresários, fazendeiros e negociantes de terra vindos particularmente do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e do sul de Goiás³⁵.

28 GLMET. A fundação da Grande Loja Maçônica do Estado do Tocantins. GLMET, 30 de julho de 2023, <https://www.glmnet.org.br/site/nossa-historia/-1eeBhYz8rsA-3/atr.aspx>

29 Há 34 Lojas jurisdicionadas à GLMET.

30 Mais conhecida como a Belém-Brasília.

31 As narrativas de fundação do município estão envoltas em mitos fundadores em que indivíduos ou acontecimentos são criados e ganham vida no imaginário popular estabelecendo figuras ou atos heroicos, épicos. Assim, as histórias sobre o desbravamento no norte de Goiás e dos fundadores da cidade estão carregadas de um elemento mítico não só de heroísmo e bravura, mas também de ideias de prosperidade e bonança. Ver Keila Maria De Faria e Mariléia Vieira Vina. “Um relato de experiência sobre o ensino de história e o patrimônio material: a fundação de Colinas do Tocantins”. (Artigo apresentado na *Jornada de Iniciação Científica e Extensão*, Palmas, 2017), 1-8.

32 Com a criação do estado do Tocantins em 1989, Colinas do Goiás receberia seu topônimo atual, Colinas do Tocantins.

33 Contudo, a fundação como município, por força de lei, só ocorreu em 1963.

34 Mariana Dias Batista Campos Ribeiro e Keila Maria de Faria. “Mulheres desbravadoras: memórias e vivências das pioneiras de Colinas do Tocantins” (Artigo apresentado na *Jornada de Iniciação Científica e Extensão*, Palmas, agosto de 2017), 1-8. 4

35 Tocantins. Portaria-SEDUC nº 4.539, de 17 de julho de 2007 (*Diário Oficial do Estado do Tocantins: Palmas - TO*, ano 19, n. 2484, 03 set. 2007), 1-36.

Nas décadas seguintes, o município, de fato, cresceu bastante e continuou atraindo pessoas de outras partes do estado e do país, algumas destas fundaram a primeira Loja maçônica de Colinas, a Acácia³⁶ da Amazônia nº 7, em 30 de junho de 1973³⁷. Assim como a cidade de Colinas, as condições de criação da Loja foram precárias. Sem sede própria, a Loja funcionou por alguns anos em um barracão improvisado com divisórias de lona preta, até que, em 1977, foi construída sua sede que permanece, até hoje, no mesmo local no centro da cidade. Seguindo a natureza elitista da maçonaria, particularmente no que toca à intelectualidade e ao poder econômico, entre seus fundadores, estavam empresários e médicos recém-chegados. Na década de 1980, alguns membros da Loja quiseram iniciar uma nova Loja em outra potência, a GOP, e a Loja Gonçalves Ledo foi criada. Na mesma década, uma Colmeia, a Colmeia da Amizade, organização que reúne as esposas dos membros da Loja, organizam jantares e ações filantrópicas, foi estabelecida. A Acácia da Amazônia também conta, desde 1996, com um capítulo da Ordem De Molay, organização discreta para-maçônica voltada a jovens do sexo masculino entre 12 e 21 anos. Por muitos anos, ela fez uso das instalações físicas da Acácia e contou com a ajuda de seus membros³⁸.

Sede da Loja Acácia da Amazônia nº 7, em Colinas do Tocantins. Fonte: Arquivo pessoal, 2024.



Desde sua fundação, a Loja realizava festas, bailes reunindo pessoas de Colinas e cidades próximas, como Guaraí e Araguaína. Muitos eventos e atos filantrópicos, característicos da própria ordem, também fazem parte de sua história, como natais solidários, apoio a pessoas doentes, celebrações

³⁶ Segundo Joaquim Gervásio de Figueiredo, a acácia, no contexto maçônico, refere-se à “1 – Árvore de muitas espécies, disseminada no Egito, Arábia e Palestina, que provia os hebreus da sagrada e aromática madeira *Shittim* ou *Sitim* (*Êxodo* 30:24 e *Ese.* 27:22), muito empregada na construção do tabernáculo e seus acessórios. 2 – Planta consagrada nas cerimônias, graus e espírito da Franco-maçonaria, como símbolo da inocência, iniciação e imortalidade da alma. 3 – Na lenda do 3º grau, o ramo de acácia indica o lugar onde os três companheiros homicidas haviam ocultado o corpo do Mestre Hiram Abiff, por eles assassinado no Templo de Salomão. 4 – É a palavra de passe do grau 5º dos Ritos Escocês Antigo e Aceito, e de Mênfis”. Ver Joaquim Gervásio Figueiredo, *Dicionário de Maçonaria: seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história* (São Paulo: Editoria Pensamentos, 1970), 22.

³⁷ À época, ainda pertencente à Grande Loja do Estado do Goiás.

³⁸ Costa, *Aforismas*, 1-44.

do dia das crianças e projetos educacionais³⁹. São esses projetos que serão analisados a seguir.

A atuação educacional da Loja Acácia da Amazônia nº 7

A partir da entrevista concedida pelo Venerável Mestre da Loja, José Divino Mendes de Souza⁴⁰, foi possível compreender que em Colinas do Tocantins também ocorreu, de forma geral, o mesmo fenômeno já identificado na literatura exposta nesta pesquisa sobre a relação entre a maçonaria e a educação no Brasil. Isto é, em uma época em que os poderes públicos não ofereciam em quantidade satisfatória o acesso à educação para crianças e adolescentes de baixa renda, as Lojas maçônicas do município atuaram para suprir essa demanda, porém ainda dependendo da parceria com os poderes públicos.

Importante lembrar que a filantropia é uma das atividades principais de uma Loja maçônica. Souza (informação verbal)⁴¹ comenta que é um trabalho, em geral, velado, discreto e que no caso da Acácia, ocorre até hoje por meio do auxílio a pessoas enfermas ou a famílias em necessidade alimentar ao realizarem doações de cestas básicas, por exemplo. Também realizam eventos comemorativos em bairros periféricos, como Dia das Crianças, Natal, fazendo doações de brinquedos ou organizando brechós gratuitos⁴².

No âmbito da educação, os atos filantrópicos ocorreram, ao longo de sua história, seja por meio da cessão do espaço da Loja para a realização de alguns cursos à população local ou pela realização de cursos por parte dos próprios membros, contudo, não há muitos registros ou conhecimento sobre eles (informação verbal).

Onde a atuação da Acácia da Amazônia na educação colinense ocorreu de forma significativa foi através da criação da FUNDAMAM, Fundação Maçônica de Assistência ao Menor, na década de 1980. Contudo, sua criação legal como entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, só ocorreu em 29 de janeiro de 1993. Segundo Souza (informação verbal), ela foi criada junto à Gonçalves Ledo com o objetivo de atender crianças e adolescentes de baixa renda no município. Segundo o estatuto da FUNDAMAM⁴³ (1993, p. 1), seus objetivos eram:

I – proporcionar a menores desamparados, por ela acolhidos, toda a assistência material, intelectual, moral e espiritual de que necessitem;

II – manter escolas de aprendizagens de diferentes níveis, em perfeita harmonia com os poderes constituídos;

III – interessar-se ativamente pela formação cívica e moral dos menores;

39 Costa, *Aforismas*, 1-44.

40 Aderiu à maçonaria em 2014, na própria Acácia da Amazônia nº7. Em 2016, ao mudar-se para a cidade de Porto Nacional - TO, participou como membro ativo da Loja Aliança Portuense nº5, pertencente à mesma potência. Em meados de 2022, retorna à Colinas e à sua Loja mãe, sendo eleito, neste mesmo ano, Venerável Mestre da Loja e, no ano seguinte, foi reconduzido para mais um ano no cargo.

41 Entrevista concedida por José Divino Mendes de Souza. Entrevistador: Emmanuel Ramalho de Sá Rocha. Colinas do Tocantins, março de 2024.

42 Essas beneficências ocorrem também por meio da Colmeia, as esposas dos maçons.

43 FUNDAMAM. Estatuto da FUNDAMAM – Fundação de Assistência ao Menor, 1-16.

IV – promover o esporte, recreação e educação física dos seus educandos;

V – encaminhar profissionalmente os menores aptos ao trabalho;

VI – colaborar com os poderes constituídos no combate aos males que atingem a infância e a juventude;

VII – manter centros de atendimento ao menor nas áreas da educação e saúde;

O quinto objetivo era alcançado através da oferta de cursos técnicos principalmente. Souza (informação verbal) comenta que a instituição oferecia cursos técnicos de costura, marcenaria, entre outros. A assistência disponibilizada pela fundação ia além da alimentação, atuando também na construção de casas populares para as famílias – que passavam por uma análise socioeconômica – daqueles atendidos na FUNDAMAM⁴⁴.

As duas Lojas ocupavam-se da administração da fundação. Seu quadro social era composto por membros ativos, beneméritos, honorários e colaboradores. Ativos eram os maçons dos quadros de ambas as Lojas, todos contribuintes obrigatórios⁴⁵. Beneméritos eram os pertencentes ao quadro social por mais de dez anos que tenham se distinguido pela prestação de serviços relevantes à fundação. Honorários eram os não pertencentes ao quadro, embora tenham também prestado significativos serviços à FUNDAMAM ou se distinguido em atividades ligadas à recuperação e assistência de crianças e adolescentes. Por fim, colaboradores eram os que quisessem contribuir com a FUNDAMAM⁴⁶.

A Acácia da Amazônia e a Gonçalves Ledo também proviam recursos financeiros para sua manutenção. Porém, havia parceria com a prefeitura – em particular no trabalho pedagógico – e com o governo do estado, geralmente através do processo de submissão de projetos para receber recursos financeiros ou materiais. A construção das casas populares, por exemplo, foi por meio dessas parcerias (informação verbal).

Como já mencionado, Colinas não contava com infraestrutura escolar para suprir a educação das crianças nas décadas posteriores à sua fundação, e entre as décadas de 1980 e 1990, este problema ainda não havia sido solucionado. Além disso, Souza (informação verbal) conta que havia muitas crianças, na época, que passavam fome em certos bairros. Até 1988, a região ainda pertencia ao Goiás e as políticas públicas não chegavam com tanta força. A situação melhorou depois da criação do estado do Tocantins, embora em certos lugares do estado ainda houvesse muita pobreza. Nas palavras de Souza, as Lojas perceberam que a situação não estava boa, o estado não estava cumprindo seu papel e quiseram ajudar. No entanto, a criação do Programa Pioneiros Mirins, pelo governo do estado do Tocantins, na década de 1990⁴⁷, amenizou o problema que a FUNDAMAM buscava amparar. O objetivo do programa era tirar menores das ruas e dar uma pequena assistência financeira às suas famílias. Segundo Souza, havia um treinamento aos menores como se fossem bombeiros ou militares. Isso melhorou um pouco a situação

44 Essas casas foram construídas principalmente no setor São João, bairro bastante desvalido de Colinas.

45 As esposas desses membros tinham admissão facultativa.

46 FUNDAMAM. Estatuto da FUNDAMAM – Fundação de Assistência ao Menor, 1-16.

47 Na verdade, o programa foi implantado ainda 1989, porém, é possível que seus efeitos, ainda mais em Colinas, só tenham sido sentidos na década de 1990.

de pobreza e do baixo acesso à educação na região. Souza também recorda ter havido outro programa estadual⁴⁸ voltado à doação de alimentos, especialmente leite, pra famílias carentes.

Para Souza (informação verbal), devido à expansão dos programas governamentais de assistência entre o fim da década de 1990 e os anos 2000, a FUNDAMAM parou de funcionar⁴⁹ até que, em 2014, foi utilizado para que um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO ali se instalasse. Este período entre o início dos anos 2000 e 2014 há, contudo, uma lacuna importante na história da FUNDAMAM a qual Souza não possui muitas recordações ou conhecimento, porém a análise documental poderá esclarecer.

Neste período, não sabendo exatamente seu início, a FUNDAMAM firma convênio com o Governo do Estado do Tocantins e, com o nome Centro Educacional Triângulo (CET), passando a funcionar como escola de ensino fundamental – anos iniciais. Identificou-se uma portaria, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, da Secretária de Educação e Cultura, de 17 de julho de 2007, em que pelo período de cinco anos, conferiu reconhecimento do ensino e dos cursos oferecidos pelo CET⁵⁰. Uma nova portaria de 28 de abril de 2011⁵¹ tem como resolução o credenciamento de escolas das redes estadual e privada e, ainda, as escolas municipais, entre elas está o *Centro Educacional Triângulo FUNDAMAM*⁵². Um último registro é um extrato de convênio encontrado no Diário Oficial do Estado é de 21 de dezembro de 2012⁵³, em que a Secretaria da Educação, parte concedente, a FUNDAMAM, parte conveniente, e a Associação de Apoio da Escola Centro Educacional Triângulo, parte interveniente, celebram convênio com o objetivo de desenvolver atividades conjuntas para garantir a oferta de serviços educacionais de qualidade e tendo vigência de 17 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014⁵⁴.

Centro Educacional Triângulo – FUNDAMAM, em 2011. Fonte: Google Maps (2024)



48 Ele acredita se chamar Prodivino, porém, não tem certeza.

49 Após o encerramento de sua atuação, a fundação ainda recebia muitas doações públicas, como computadores, mas acabavam sendo passadas para outras instituições.

50 Tocantins. Portaria-SEDUC nº 4.539, de 17 de julho de 2007 (*Diário Oficial do Estado do Tocantins: Palmas - TO*, ano 19, n. 2484, p. 1-36, 03 set. 2007), 7

51 Tocantins. Portaria-SEDUC nº 0653, de 28 de abril de 2011 (*Diário Oficial do Estado do Tocantins: Palmas - TO*, ano 23, n. 3375, p. 1-44, 05 mai. 2011), 17.

52 Que estranhamente aparece como localizada no município de Nova Olinda, a 50km de Colinas do Tocantins.

53 Tocantins. Extrato de Convênio nº: 0258/2012, de 21 de dezembro de 2012 (*Diário Oficial do Estado do Tocantins: Palmas - TO*, ano 24, n. 3780, p. 1-42, 21 dez. 2012), 19.

54 Em consulta ao Catálogo de Escolas, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Centro Educacional Triângulo apresenta-se com *Restrição de Atendimento: Escola Paralisada*.

Supõe-se que, em 2014, as Lojas, já sabendo que o convênio com o Estado não seria renovado, cederam o espaço ao IFTO, que estava tendo dificuldades para encontrar um local na cidade e, diante destas dificuldades, Souza conta que a instituição estava prestes a se estabelecer em Guaraí, uma cidade próxima. Para que isto não ocorresse, as Lojas maçônicas de Colinas reformaram e cederam o espaço da FUNDAMAM até que o IFTO encontrasse um local próprio, o que ocorreu 2 anos depois.

Após a saída do IFTO e com o prédio agora em boas condições, Souza (informação verbal) afirma que houve interesse por parte da prefeitura em utilizá-lo para alocar a Escola Municipal Maria Pereira Guimarães, a qual estava com problemas estruturais em suas instalações. Deste modo, as Lojas cederam, mais uma vez, o espaço, agora para a prefeitura, contudo, entre 2019 e 2020, ele foi desapropriado pela prefeitura. O argumento para desapropriação, segundo Souza, é que o outro prédio da escola não comportava mais os alunos e que, pela fundação ter cessado suas atividades, o interesse público prevaleceria ao interesse particular.

Identificou-se no Diário Oficial de Colinas do Tocantins, do dia 29 de dezembro de 2021, o decreto que declara esta desapropriação. O poder público municipal argumenta que “o município não possui imóveis com os atributos necessários condicionados para a implantação do empreendimento”⁵⁵ e que a Escola Maria Pereira Guimarães funcionava em um prédio de propriedade de terceiros, em regime de comodato com prazo até o fim de 2023. Com a desapropriação, ela seria capaz de atender até 630 alunos de ensino fundamental anos iniciais e finais, em dois turnos – matutino e vespertino –, e 315 alunos em período integral.

De acordo com Souza (informação verbal), as Lojas estão tentando agora reaver recursos financeiros em nome da FUNDAMAM e negociar com a prefeitura um novo terreno para fundar uma instituição de saúde que realizaria triagem para pessoas de baixa renda com câncer – auxiliando, por exemplo, na logística dos pacientes ao serem encaminhados para tratamentos em outras cidades e no apoio financeiro para passagens. Contudo, ele explica que, para a educação, não há projetos futuros, posto que o poder público já realiza atendimento suficiente. Ele avalia que, em termos educacionais, o ensino em escola pública em Colinas pode até não ser satisfatório, mas já há muitas escolas. Em suas palavras, o “poder público, quando atende as necessidades, o particular abre mão”.

Considerações finais

A Loja Acácia da Amazônia nº 7 seguiu o padrão de criação, desenvolvimento e atuação filantrópica da maçonaria no país. Fundada e mantida por uma pequena elite intelectual e econômica da Cidade de Colinas do Tocantins na década de 1970, percebeu na falha e insuficiente educação oferecida às classes menos favorecidas do município uma oportunidade de atuação filantrópica⁵⁶. Contudo, ainda assim foi necessária a participação dos poderes públicos para possibilitar a manutenção de seu empreendimento social, a FUNDAMAM. Quando o acesso à educação – ou alimentação – para jovens de Colinas se tornou mais abundante, a Acácia – em

55 Colinas do Tocantins. Decreto Municipal Nº 090, de 29 de dezembro de 2021 (*Diário Oficial do Município de Colinas do Tocantins: Colinas do Tocantins* - TO, ano 5, n. 1105, p. 1-23, 29 dez. 2021), 1.

56 E de reafirmação de posição de elite como capital cultural e simbólico.

conjunto com a Gonçalves Ledo – decidiram não dar mais continuidade à fundação, que hoje, em suas instalações, abriga uma escola municipal de ensino fundamental. Novos desafios sociais são percebidos na cidade, dentre os quais a insuficiente cobertura da saúde pública para certas enfermidades, como o câncer. Desta forma, um novo alvo filantrópico é traçado pelas Lojas e a atuação na educação em Colinas é deixada no passado, assim como tantas outras Lojas maçônicas brasileiras também o fizeram.

A atividade filantrópica da maçonaria, de certa forma, reflete as insuficiências dos poderes públicos no atendimento social à população – como outras instituições filantrópicas também podem servir de termômetro para estas questões – portanto, entender em que as Lojas têm se dedicado neste aspecto ajuda a entender também um pouco das necessidades sociais em determinado local e época e como o poder público não tem atendido a estas necessidades.

Como mencionado no início deste trabalho, não há publicações científicas sobre a maçonaria no estado do Tocantins, portanto, espera-se que esta pesquisa sirva de abertura ou prelúdio para próximas pesquisas não só sobre as Lojas maçônicas de Colinas de Tocantins, mas de todo o estado.

Referências Bibliográficas

Arriada, Eduardo; Tambara, Elomar. “Maçonaria e educação – Poucos mas bons”. *Cadernos de História da Educação* 17, no. 2 (2018): 439-459.

Azevedo, Célia Maria Marinho. “Maçonaria: história e historiografia”. *Revista USP*, no. 32 (1997): 178-189.

Barata, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870- 1910)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.

Cassab, Latif Antonia e Ruscheinsky, Aloísio. “Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral”. *Biblos*, no. 16 (2004): 7-24.

Colinas do Tocantins. Decreto Municipal N° 090, de 29 de dezembro de 2021. *Diário Oficial do Município de Colinas do Tocantins*: Colinas do Tocantins – TO, ano 5, n. 1105, 29 dez. 2021, 1-23.

Costa, Bernardino Cosobeck da. *Aforismas e Fundação da Loja Acácia da Amazônia n° 07*. Colinas do Tocantins, 2023.

Egito, Philipe Henrique Teixeira do. “Olhares da Maçonaria sobre a educação no Brasil”. 2011. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

Faria, Keila Maria De e Viana, Mariléia Vieira. “Um relato de experiência sobre o ensino de história e o patrimônio material: a fundação de Colinas do Tocantins”. Artigo apresentado na *Jornada de Iniciação Científica e Extensão*, Palmas, 2017.

Figueiredo, Joaquim Gervásio. *Dicionário de Maçonaria: seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história*. São Paulo: Editoria Pensamentos, 1970.

FUNDAMAM. Colinas do Tocantins (TO). Cartório de 2º Ofício. *Estatuto da FUNDAMAM – Fundação de Assistência ao Menor*. Registro em: 29 de janeiro de 1993.

GLMET. A fundação da Grande Loja Maçônica do Estado do Tocantins. GLMET, 30 de julho de 2023. <https://www.glmet.org.br/site/nossa-historia/-1eeBhYz8rsA-3/atr.aspx>

Jabur, Ana Maria Ribeiro Tanajura e Costa, Alessandra David Moreira da. “Maçonaria e Educação: a experiência da Fundação Educacional de Ituverava – SP”. *Nucleus*, 7, no. 1 (2010): 25-40.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

Ribeiro, Mariana Dias Batista Campos e Faria, Keila Maria de. “Mulheres desbravadoras: memórias e vivências das pioneiras de Colinas do Tocantins”. Artigo apresentado na *Jornada de Iniciação Científica e Extensão*, Palmas, agosto de 2017, 1-8.

Silva, Ivanilson Bezerra da e Júnior, Bruno Bontempi. “Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932)”. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18 (2018): 1-30.

Tocantins. Portaria-SEDUC nº 4.539, de 17 de julho de 2007. *Diário Oficial do Estado do Tocantins*: Palmas – TO, ano 19, n. 2484, 03 set. 2007, 1-36.

Tocantins. Portaria-SEDUC nº 0653, de 28 de abril de 2011. *Diário Oficial do Estado do Tocantins*: Palmas – TO, ano 23, n. 3375, 05 mai. 2011, 1-44.

Tocantins. Extrato de Convênio nº: 0258/2012, de 21 de dezembro de 2012. *Diário Oficial do Estado do Tocantins*: Palmas – TO, ano 24, n. 3780, 21 dez. 2012, 1-42.

Tocantins. Governo do Estado. *Perfil socioeconômico dos municípios*. Palmas, TO, 2017.